**FAZENDA ITAGUARI S/A – FISA
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 105717**

FAZENDA ITAGUARI S/A – FISA CNPJ/MF: 04.839.932/0001-83 – NIRE 153 00014638 ATA DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 05 DE NOVEMBRO DE 2007. INSTALAÇÃO: Às 10:00 horas do dia 05 de novembro de 2007. LOCAL: Sede social da empresa, sito na Trav. Rui Barbosa, nº 1533, sala 101, bairro de Nazaré, em Belém, Estado do Pará, CEP 66035-220. CONVOCAÇÃO: Publicadas no Diário Oficial do Estado do Pará e Jornal "AMAZÔNIA", edição do dia 04, 05 e 06 de outubro de 2007. PRESENÇA: Totalidade dos acionistas. MESA: Presidente – RODOLFO EUGÊNIO FONSECA NUNES e Secretária – KATIA DO SOCORRO FONSECA NUNES. ORDEM DO DIA: a) Aprovação das contas da diretoria, Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis do exercício de 2006; b) Reeleição do Conselho de Administração e Diretoria Executiva; c) Consolidação dos Estatutos Sociais; d) O que ocorrer. DELIBERAÇÕES: Foi deliberado e aprovado por unanimidade, com a abstenção dos votos legalmente impedidos, o seguinte: a) Aprovação das Contas da Diretoria, Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis do Exercício encerrado em 31 de dezembro de 2006, dispensados de publicação por benefícios assegurados pelo Artigo 294 da Lei nº 6404/76, com redação introduzida pela Lei nº 10.303, de 31 de outubro de 2001, bem como, dispensados da Auditoria Dependente, de acordo com a Medida Provisória nº 2.128-8, de 27 de março de 2001; b) Reeleição do Conselho de Administração para o mandato até a Assembléia Geral de 2010, tendo sido eleitos os seguintes: Para Presidente – RODOLFO EUGÊNIO FONSECA NUNES, brasileiro, casado em comunhão universal de bens, medico veterinário, portador da Cédula de Identidade nº 4609670-SSP/PA, expedida em 03.10.2000 e CPF/MF nº 122.122.102-72, residente e domiciliado na Av. Almirante Wandenkolk, nº 898, Apto. 202, bairro Nazaré, em Belém –PA, CEP 66055-030. Para membros foram eleitos: ELIANA MAIA NUNES, brasileira, casada em comunhão universal de bens, pecuarista, portadora da Cédula de Identidade nº 1565167-2ª Via-SSP/PA, expedida em 25.06.2001 e CPF/MF nº 174.132.062-34, residente e domiciliado na Av. Almirante Wandenkolk, nº 898, Apto. 202, bairro Nazaré, em Belém –PA, CEP 66055-030 e KATIA DO SOCORRO FONSECA NUNES, brasileira, solteira, engenheira agrônoma, portadora da Cédula de Identidade nº 600442-SSP/PA, expedida em 30.09.83 e CPF/MF nº 373.362.312-68, residente e domiciliada na Rua Boaventura da Silva, nº 1664, Apto. 1901, bairro Umarizal, em Belém – PA, CEP 66060-060, que empossados nessa Assembléia Geral, elegeram e empossaram na Diretoria Executiva para mandato igualmente até 2010, os seguintes: Para Diretor Presidente, RODOLFO EUGÊNIO FONSECA NUNES, já qualificado anteriormente e para Diretora Superintendente a Sra. TEREZA CRISTINA FONSECA NUNES, brasileira, separada judicialmente, administradora de empresa, portadora da Cédula de Identidade nº 1694050-SSP/PA-2ª Via e CPF/MF nº 121.877.982-91, residente e domiciliado na Av. Braz de Aguiar, nº 346, Apto. 1203, Bloco B, bairro Nazaré, em Belém –PA, CEP 66050-220. O Presidente e os membros do conselho de administração, bem como, a Diretoria Executiva empossados nessa Assembléia Geral, declaram para todos os fins e efeitos de direito que, não se encontram incurso em quaisquer dos crimes que, de acordo com a legislação vigente, os impõem de exercer atividades mercantis; c) De acordo com a legislação vigente, foi elaborado e consolidado os Estatutos Sociais da sociedade, cujo teor é o seguinte: ESTATUTOS SOCIAIS CAPITULO I DENOMINAÇÃO SEDE, OBJETIVO E DURAÇÃO: ARTIGO PRIMEIRO: Sob a denominação de FAZENDA ITAGUARI S/A. – FISA, Fica constituída uma Sociedade Anônima de Capital Autorizado, regida pelo presente Estatutos Sociais, pela Lei 6.404/76 e pela legislação em vigor. ARTIGO SEGUNDO: A Sociedade tem sede e foro no município de Belém, Estado do Pará, sito na Trav. Rui Barbosa, n 1533, sala 101, bairro de Nazaré, CEP 66035-220, podendo criar ou extinguir filiais, depósitos, escritórios comerciais e representações em qualquer parte do Território Nacional ou do Exterior, observadas as disposições legais a critério do Conselho de Administração. ARTIGO TERCEIRO: A Sociedade tem por objetivo a exploração de atividades agrícolas, pecuárias e suas correlatas. PARAGRAFO ÚNICO: A Sociedade poderá participar em outros empreendimentos como sócia ou acionista. ARTIGO QUARTO: A Sociedade terá prazo de duração por tempo indeterminado. CAPITULO II DO CAPITAL E DAS AÇÕES ARTIGO QUINTO: O Capital Autorizado da sociedade é de R\$-1.200.000,00 (Hum Milhão e Duzentos Mil Reais), representado por 1.200.000 (Hum Milhão e Duzentos Mil) de Ações Nominativas, no valor nominal de R\$-1,00 (Hum Real) cada uma, sendo: 200.000 (Duzentos Mil) de Ações Ordinárias Nominativas, 700,00 (Setecentos Mil) de Ações Preferenciais Nominativas Classe "A" e 300.00 (Trezentos Mil) de Ações Preferenciais Nominativas Classe "B", estando subscrito e integralizado o montante de R\$-1.006.305,00 (Hum Milhão, Seis Mil, Trezentos e Cinco Reais), sendo 130.618 (Cento e Trinta Mil, Seiscentos e Dezoito) Ações Ordinárias Nominativas, 664.966 (Seiscentos e Sessenta e Quatro Mil, Novecentos e Sessenta e Seis) Ações Preferenciais Nominativas Classe "A" e 210.721

(Duzentos e Dez Mil, Setecentos e Vinte e Hum) Ações Preferenciais Nominativas Classe "B", todas no valor nominal de R\$-1,00 (Hum Real) cada uma. ARTIGO SEXTO: A emissão de ações dentro dos limites do Capital Autorizado, para integralização em dinheiro, bens ou créditos, far-se-à por deliberação do Conselho de Administração, aplicando-se quando couber, o disposto no Artigo 8º da Lei 6.404 de 15 de dezembro de 1976. PARAGRAFO ÚNICO: Caberá ao Conselho de Administração, determinar o destino a ser dado as ações não subscritas que tenham exercido a seguinte ordem; a) Instituir prioridade aos acionistas que tenham exercido de seu direito de preferência; b) Instituir prioridade aos acionistas que tenham manifestado interesse na subscrição de excedentes, de ações, decorrente de direito de preferência não exercido; c) Se perdurar excedente, reservar a si a decisão sobre o destino final das ações subscritas. ARTIGO SETIMO: Cada ação ordinária da direito a um voto nas deliberações em assembléia da sociedade. ARTIGO OITAVO: As Ações Preferenciais Nominativas Classe "A", serão subscritas exclusivamente pelo Fundo de Investimento da Amazônia – FINAM, com recursos previstos no Decreto-Lei nº 1376/74 de aplicações feitas na forma do Artigo 5º e 9º do citado Decreto-Lei, serão intransferíveis pelo prazo de quatro anos, conforme determina o Artigo 9º do mencionado Decreto-Lei. PARAGRAFO PRIMEIRO: As Ações Preferenciais Nominativas Classe "B", se destinam a subscrição dos acionistas já portadores de Ações Ordinárias Nominativas, para integralização como recursos próprios para contra partida dos Incentivos Fiscais e gozarão de participação integral nos resultados. PARAGRAFO SEGUNDO: Os títulos de Ações Preferenciais Nominativas, não terão voto nas Assembléias Gerais, e não gozarão de prioridades nas subscrições de novas ações decorrentes de Aumento de Capital, conforme determinado o Parágrafo Único do Artigo 172º de Lei 6.404/76, mas terão participação integral nos resultados sociais, obedecendo ao disposto do Parágrafo 2º do Artigo 8º do Decreto-Lei nº 1376/74. CAPITULO III-DAS ASSEMBLEIAS GARAIS ARTIGO NONO: A Assembléia Geral realizar-se-à, ordinariamente, nos quatro primeiros meses, subseqüentes ao encerramento do exercício social e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais exigirem. Para a convocação, funcionamento e atribuições das assembléias, serão obedecidas as determinações contidas em lei vigente. PARAGRAFO PRIMEIRO: Poderão participar das Assembléias Gerais, os titulares de ações nominativas, inscritos no registro competente da sociedade, até 3 (Três) dias antes de sua realização, período em que permanecerão suspensas as transferências. PARAGRAFO SEGUNDO: O titular de ações nominativas, poderá fazer-se representar, nas Assembléias Gerais, por procuração legalmente constituída, a menos de um ano, na forma e condições estabelecidas em lei vigente, cujo instrumento permanecerá no arquivo da sociedade e deverá ser entregue até 3 (Três) dias antes de sua realização. PARAGRAFO TERCEIRO: A Assembléia fixará, separadamente ao Conselho de Administração e a Diretoria, a remuneração global, mensal, bem como, o montante das gratificações do Lucros Apurados, nas demonstrações de resultados, anuais ou mensais, respeitadas, quanto as participações a garantia de dividendos mínimos fixados na alínea "C", do Parágrafo 1º, Artigo 15º, deste Estatutos e as restrições e disposições contidas no Artigo 152 da Lei nº 6.404/76. CAPITULO IV DA ADMINISTRAÇÃO: ARTIGO DÉCIMO: A Sociedade será administrada por um Conselho de Administração, composto pro três membros, eleitos entre os acionistas, por Assembléia Geral, que designará o seu Presidente, dispensados de garantia de gestão, podendo ser reeleito. PARÁGRAFO PRIMEIRO: Na vacância do cargo de um conselheiro, os remanescentes elegerão o seu substituto, que atuará até a primeira Assembléia. A vacância da maioria dos cargos, obrigará a imediata convocação da Assembléia Geral, para eleição do novo Conselho. PARÁGRAFO SEGUNDO: A convocação de Assembléias Gerais, será procedida pelo Presidente do Conselho de Administração em exercício, na hipótese de vacância prevista no parágrafo anterior, pelo Concelho Remanescente, pela Diretoria Executiva, pelo Conselho Fiscal quando em funcionamento ou por qualquer outro acionista, obedecida a ordem de sucessão aqui nomeada. PARÁGRAFO TERCEIRO: A remuneração mensal global, bem como, o montante da gratificação de participação dos lucros anuais ou semestrais, atribuídos pela Assembléia Geral ao Conselho de Administração, serão distribuídas entre os seus membros, pelos próprios Conselheiros na forma que melhor lhe convier. PARÁGRAFO QUARTO: As deliberações do Conselho de Administração, serão tomadas de forma colegiada, por maioria absoluta de votos, competindo-lhes especificamente, entre atribuições conferidas por lei vigente, as seguintes: a) Fixar a orientação global dos negócios da sociedade; b) Eleger e destituir diretores da sociedade; c) Fiscalizar a gestão dos Diretores, examinar, a qualquer tempo, os livros e papeis da sociedade, solicitar informações sobre contratos celebrados, ou em via de celebração, e quaisquer atos; d) Manifestar-se sobre o relatório e as contas da diretoria, após o parecer do Conselho Fiscal e antes da Assembléia Geral; e) Deliberar sobre a emissão de ações dentro do limite do Capital Autorizado; f) Autorizar a alienação de bens moveis da sociedade; g) Escolher e destituir auditores

independentes, quando necessário; h) Decidir sobre a mudança da sede social, quando for o caso. PARÁGRAFO QUINTO: Os conselheiros de administração terão mandatos de três anos e a posse lhe será dada no ato da Assembléia que os elegeu e seus mandatos encerrar-se-ão com a posse de novos conselheiros que os sucederem. CAPÍTULO V DA REPRESENTAÇÃO: ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO: A Sociedade será representada, ativa e passivamente em juízo ou fora dele, por uma Diretoria Executiva, composto de um Diretor Presidente e um Diretor Superintendente, acionista ou não, residente no país, a serem eleitos pelo Conselho de Administração, com mandato de três anos, permitida a reeleição. PARÁGRAFO PRIMEIRO: Na ausência ou impedimento temporário do Diretor Presidente, suas funções ou atribuições serão exercidas pelo Diretor Superintendente. PARÁGRAFO SEGUNDO: Na vacância dos cargos de qualquer um dos Diretores, o Conselho de Administração elegerá seu substituto. PARÁGRAFO TERCEIRO: A Diretoria reúne-se-à sempre que for necessário, de cujas reuniões serão lavradas as competentes atas em livro próprio e suas decisões serão tomadas por maioria dos votos. PARÁGRAFO QUARTO: Aos Diretores eleitos serão dispensadas as garantias de gestão e a posse lhe será dada no ato da Reunião do Conselho de Administração que os elegeu e os seus mandatos encerrar-se-ão com a posse dos diretores que os sucederem. ARTIGO DÉCIMO SEGUNDO: A remuneração global, bem como, o montante de gratificação ou participação nos lucros anuais ou semestrais, atribuídos pela Assembléia Geral à Diretoria Executiva, serão distribuídas entre seus membros, pelo Conselho de Administração. PARÁGRAFO ÚNICO: É vedado atribuir remuneração mensal e gratificações ou participações dos lucros, aos diretores que acumularem cargo de membro do Conselho de Administração. ARTIGO DÉCIMO TERCEIRO: A Diretoria Executiva compete especificamente: a) Exercer a representação legal da sociedade; b) Constituir procuradores na forma e para a finalidade prevista em lei e neste Estatutos; c) Elaborar o relatório, balanço, as demonstrações contábeis e econômicas e as prestações de contas de sua gestão, ao Conselho de Administração em Assembléia Geral; d) Alienar bens imóveis quando autorizado pelo Concelho de Administração; e) Constituir ou gravar de ônus reais os imóveis da sociedade, quando necessário ao desenvolvimento das atividades sociais da sociedade; f) Criar, transferir e extinguir filiais, agências, escritórios e quaisquer outras formar de representatividades, atribuindo quando necessário o respectivo capital; g) Convocar a Assembléia Geral no caso da vacância da maioria dos membros do Conselho de Administração. PARÁGRAFO PRIMEIRO: Cada diretor individualmente terá poderes para avaliar os atos que gerarem obrigações ou exonerar terceiros de obrigações para com a sociedade, podendo sempre isoladamente: a) Ajustar e firmar contratos; b) Movimentar contas bancárias, créditos e direitos; c) Assinar, emitir, sacar, endossar, avaliar, aceitar, afiançar contratos, cheques, ordem de pagamentos, cambiais, duplicatas, correspondências e qualquer outro documento, titulo de credito, de direitos e obrigações, necessárias a pertencentes a movimentações dos negócios sociais; d) Representar em juízo ou fora dele e em qualquer representação publica autárquica, sociedade de economia mista, federal, estadual e municipal. PARÁGRAFO SEGUNDO: É expressamente vedado a Diretoria Executiva, prestar fiança, avais e endossos de títulos de favor. CAPÍTULO VI DO CONSELHO FISCAL ARTIGO DÉCIMO QUARTO: A Sociedade terá um Conselho Fiscal de funcionamento não permanente, composto de três a cinco membros efetivos e de igual numero de suplentes e funcionará nos exercícios sociais que forem instalados, a pedido dos acionistas, nos termos da legislação vigente, podendo deliberar, validamente. Os membros do Conselho Fiscal não serão acionistas. PARÁGRAFO ÚNICO: A constituição, remuneração deliberação e atribuições do Concelho Fiscal, dar-se-ão nos termos da legislação vigente. CAPÍTULO VII EXERCICIO SOCIAL E DISTRIBUIÇÃO DE LUCROS: ARTIGO DÉCIMO QUINTO: O exercício social terá inicio a primeiro de janeiro e encerrar-se-à a trinta e um de dezembro de cada ano, data do encerramento do exercício social, será levantado o Balanço Patrimonial e as Demonstrações de Resultados, em obediência as formalidades vigentes, permitindo-se o levantamento semestral das referidas Demonstrações Contábeis. PARÁGRAFO PRIMEIRO: O resultado apurado nos levantamentos anuais ou semestrais das Demonstrações Contábeis, após feitas as deduções das previsões e amortizações, terá a seguinte destinação: a) 5% (cinco por cento) a serem incorporados a constituição do Fundo de Reserva Legal; b) Constituição de eventuais reservas de contingência; c) Constituição de provisão do dividendo anual não inferior a 25% (vinte e cinco por cento), calculado sobre o lucro liquido ajustado, na forma determinada por lei; d) Constituição da provisão da participação dos administradores até o limite determinado em lei; e) O saldo liquido resultante, terá destinação que for determinada pela Assembléia Geral. PARÁGRAFO SEGUNDO: Em havendo levantamentos de balanços semestrais, as distribuições de lucros contidos neste artigo, serão provisionados e executados "ad. referendum" da Assembléia Geral. PARÁGRAFO TERCEIRO: É fixado o prazo de 60 (sessenta) dias para o pagamento de dividendos e de entrega de ações novas provenientes de aumento